

Assunto: TJPE faz mutirão para ajudar mulheres

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Capa Dois

Seção:

Página: 2

Data: 09/03/2015

jornal do  commercio

TJPE faz mutirão para ajudar mulheres

JUSTIÇA A partir de hoje e até a próxima sexta-feira cerca de duas mil audiências que envolvem casos de violência contra a mulher serão realizadas em todo o Estado

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) realiza, de hoje até sexta-feira, cerca de duas mil audiências que envolvem casos de violência contra a mulher. A ação faz parte da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa e integra as comemorações do Dia Internacional da Mulher, comemorado ontem. A programação contará, ainda, com a visita das ministras Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF) e Eleonora Menicucci, da secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, amanhã. As duas irão acompanhar o andamento dos trabalhos.

As audiências ocorrerão em todo o Estado. As varas foram contactadas antecipadamente para que os casos de violência contra a mulher fossem tratados com prioridade pelos juizes.

Além das audiências, o TJPE também montará uma Vara de Violência Doméstica itinerante, que vai funcionar ao lado de uma delegacia itinerante. O objetivo é prestar orientações e atendimentos sobre a Lei Maria da Penha. A unidade ficará na Praça Nossa Senhora do Rosário, no Centro de Jaboatão dos Guararapes. A cidade da Região Metropolitana foi escolhida devido aos altos índices de violência. O atendimento será realizado



Priscilla Bühr/ JC Imagem Data: 02-05-2012

LEI MARIA DA PENHA A ação faz parte da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa

das 8h às 18h, com presença de juizes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de Justiça.

A criação de varas específicas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher foi aprovada no final de fevereiro pela Assembleia Legislativa. A proposta, apresentada pelo TJPE, prevê a criação das varas nas comarcas de Caruaru,

no Agreste, e Petrolina, no Sertão. Seriam as primeiras varas desse tipo no interior.

Segundo dados do Tribunal, de janeiro a agosto de 2014 a Delegacia da Mulher de Caruaru registrou 1.172 ocorrências. Um incremento de 200% no número de casos nos últimos seis anos, ainda segundo o TJPE. No mesmo período, a Delegacia da Mulher de Petrolina contabilizou 617 casos de

violência contra a mulher. O TJPE explica também que apenas essas duas cidades somam 30% dos processos de violência de gênero. O TJPE possui, atualmente, sete varas de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher no Estado: Recife (duas), Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Igarassu, Camaragibe e Cabo de Santo Agostinho, todas na Região Metropolitana.

Assunto: TJPE realiza Semana Nacional da Justiça	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Últimas Notícias	Seção:
Página:	Data: 09/03/2015



Abertura da jornada ocorre hoje na Capital pernambucana

TJPE realiza Semana Nacional da Justiça

■ **SERÃO** realizadas duas mil audiências relativas a crimes contra mulheres. Haverá ainda orientações sobre a Lei Maria da Penha

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) inicia hoje a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. A jornada deve realizar cerca de duas mil audiências relativas a crimes contra mulheres. A ação promovida pelo TJPE será aberta, às 9h, com o julgamento de Ednaldo Francisco da Silva, acusado de tentativa de homicídio contra sua ex-esposa, Marília Ribeiro de Barros. A sessão será conduzida pela juíza Ana Cristina de Freitas Mota, da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.

Segundo a denúncia do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), o crime ocorreu no dia 7 de setembro de 2013, no bairro de Areias, na Zona Oeste do Recife. Consta que o acusado e a vítima estavam separados havia sete meses, embora o agressor ainda tivesse ciúme da ex-mulher. Insatisfeito com um novo relaciona-



CARMEN Lúcia, do STF, acompanhará os trabalhos

Folha resume

Além das audiências que serão realizadas pelo Tribunal de Justiça, o Judiciário contará com uma Vara de Violência Doméstica Itinerante. Nove juízes atuarão na unidade móvel, que estará na praça Nossa Senhora do Rosário, no centro de Jaboatão dos Guararapes, das 8h às 18h.

mento amoroso da vítima, Ednaldo dirigiu-se até a casa de Marília e encostou uma arma de fogo na sua cabeça, chegando a puxar o gatilho, que falhou. A vítima conseguiu correr, sendo atingida por um tiro de raspão na região do braço.

Além dessa e de outras audiências, mais medidas também integram o calendário de atividades, que fazem alusão ao Dia Internacional da Mulher celebrado ontem. Amanhã, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF),

Saiba mais

PARCERIA - A iniciativa conta com o apoio da Secretaria de Defesa Social e da Secretaria da Mulher, além do Ministério Público de Pernambuco e da Defensoria Pública.

Carmen Lúcia, acompanhará o andamento dos trabalhos no Estado.

Durante a semana, o Judiciário também contará com uma Vara de Violência Doméstica Itinerante. Uma equipe interinstitucional composta por juízes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de Justiça atenderá mulheres em busca de orientação e apoio sobre a Lei Maria da Penha. A Vara itinerante funcionará em um equipamento móvel com estação de trabalho, guichês de atendimento e salas de audiência cedido pela Secretaria de Defesa Social. Nove juízes atuarão na unidade, que estará na praça Nossa Senhora do Rosário, no centro de Jaboatão dos Guararapes, das 8h às 18h.

Assunto: Ministra do STF visita Semana Nacional da Justiça	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção:
Página: A6	Data: 09/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Recife, SEG - 09/03/2015

Ministra do STF em mutirão no estado



Carmem Lúcia participa
nesta semana de audiências
envolvendo crimes contra a
mulher organizado pelo TJPE

CARLOS MOURA/CB/D.A PRESS

Assunto: Juiz nega redução de pena – Deputado Pedro Corrêa	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção:
Página: B3	Data: 09/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

PEDRO CORRÊA

Juiz nega redução de pena

O ex-deputado do PP Pedro Corrêa, suspeito de envolvimento no escândalo da Petrobras, foi condenado em 2013 a sete anos e dois meses no processo do mensalão. De acordo com o *Fantástico*, da TV Globo, os advogados de defesa não conseguiram a liberdade dele sob argumento de que teria trabalhado mais de 200 dias. Duas inspeções feitas de surpresa constataram que isso não ocorreu. O juiz Luiz Rocha comandou as inspeções e negou redução da pena.



GIL VICENTE/DP/D.A. PRESS

Assunto: Artigo sobre o TJPE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Opinião	Seção:
Página: B4	Data: 09/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

JOAO BOSCO TENORIO GALVAO
ADVOGADO
bosco@tenorilogalvao.com.br

Em novembro de 1969 comecei a advogar como estudante, convidado que fui pelo grande advogado Sergio Murilo, já falecido. Recife tinha menos de uma dezena de varas cíveis e o Poder Judiciário em nosso Estado andava a passos de tartaruga, apesar dos juizes, na época, terem participação nas custas judiciais. As ações por serem morosas gastavam a paciência dos litigantes em desprestígio do poder judiciário e da advocacia. O período de férias dos ilustres magistrados de então eram perversamente longos. A Corregedoria de Justiça era, praticamente, inoperante. O Brasil, que entendo ser um País ainda em construção, tem mudado e, apesar dos pesares, tem mudado para melhor. Aqui o nosso Judiciário Estadual tem avançado muito nos últimos anos, num esforço das várias gestões do TJPE, que tem produzido bons frutos. As instalações de nosso Judiciário eram por deveras precárias e no interior do Estado indignas de funcionarem. Muitas vezes as partes levavam papéis, carbonos, máquinas de escrever, no afã de terem seus pleitos julgados. Com frequência os municípios arcavam com os

custos de funcionários que disponibilizavam, pois sem essa ajuda não seria possível a prestação jurisdicional. Advogados eram convocados como defensores gratuitos pois o Estado relevava os interesses dos mais pobres. Nesta gestão do relativamente jovem Desembargador Frederico Neves, algumas ações são destacáveis e favorecem a população de modo geral e a advocacia de maneira particular. A instalação de três Câmaras Extraordinárias, julgando os processos

A IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO SERÁ PRIMORDIAL AO DESENVOLVIMENTO DO JUDICIÁRIO

mais antigos, renova as esperanças das partes e valoriza a função advocatícia. O mesmo se pode dizer da criação das Centrais de Agilização que, em menos de um ano, decidiram quase 2.000 processos antigos que tramitavam em primeira instância. Na Comarca do Recife, carente de Juizes e servidores, o Presidente Frederico implantou um sistema nas 34 Varas Cíveis que praticamente duplica a prestação jurisdicional, com a ampliação do expediente foren-

se, das 7h às 19, e com atuação de dois Juizes e duas equipes de servidores. Claro que os ajustes ainda são necessários mas é na primeira instância o nó do problema de funcionamento eficaz da Justiça. Temos uma deficiência de mais de 300 Juizes e de 1.500 servidores. O problema bate direto no orçamento geral do Estado, passando a ser dos três poderes e não somente do Judiciário. Na medida que a população fica mais consciente aumenta a demanda pelos serviços judiciários, o que exige um constante aprimoramento da estrutura da Justiça. A implantação do processo eletrônico, pela racional utilização dos poucos recursos colocados ao Judiciário, é e será primordial ao desenvolvimento da prestação jurisdicional, mas deve ser conduzida com parcimônia e segurança, evitando um açodamento que pode causar mais danos do que benesses. Tudo está sendo bem feito, e muito há de se fazer. A carência de Juizes, de servidores, de instalações físicas já foi pior, porém, para que exista Justiça, a carência tem de ser extinta. Hoje, o Desembargado Frederico Neves, com a implantação de Câmaras Extraordinárias, Centrais de Agilização, novas Varas, Mutirões emergenciais, Processo Eletrônico, Núcleos de Conciliação, qualifica a prestação jurisdicional, e assim valoriza a advocacia ao passo em que ajuda a construir um novo Tribunal num País ainda em construção, que anseia pelo bom funcionamento de suas instituições.

Assunto: Criação de mais duas varas da Mulher no Estado	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção: Jc nas ruas
Página: 2	Data: 08/03/2015

jornal do commercio

Sede de Justiça 1

Está na mesa do governador Paulo Câmara o projeto de lei do Tribunal de Justiça que cria duas novas Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em Caruaru e Petrolina. Seriam as primeiras unidades do tipo no interior. No Grande Recife, sete dessas varas especializadas já fazem o atendimento à população.

Sede de Justiça 2

O envio do projeto faz parte da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. De amanhã até sexta, haverá no Estado 2 mil audiências de processos relacionados à violência contra a mulher. Em Jaboatão, a Vara de Violência Itinerante estará atendendo na Praça Nossa Senhora do Rosário, no Centro.

Assunto: Núcleo de Pró Endividados – Juíza Nalva Campello	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção:
Página: 2	Data: 08/03/2015

jornal do commercio



SUPORTE Ilduara diz que a terapia cognitivo-comportamental trabalha a forma de as pessoas pensarem em relação ao comprar

Apoio para quem é viciado em comprar

TERAPIA Hospital Universitário Oswaldo Cruz, em parceria com o TJPE, fornecerá atendimento para quem não consegue segurar a carteira e perde controle sobre despesas

Vivemos numa sociedade que estimula o consumo e a satisfação de prazer proporcionado pela aquisição de produtos e serviços. Diante dessa situação, nem todo mundo consegue gerir bem o dinheiro. Estima-se que cerca de 5% da população mundial não conseguem segurar a carteira e perdem o controle sobre as despesas. Na psiquiatria, essa condição é chamada de compra compulsiva (ou onomania), classificado como transtorno do controle do impulso, cuja característica é a falha em resistir a impulsos, instintos ou desejo de realizar um ato que é prejudicial.

Para dar apoio aos pernambucanos que se enquadram nessa situação, o Hospital Universitário Oswaldo Cruz (Huoc) oferecerá terapia cognitivo-comportamental de grupo através da Unidade de Pesquisa Clínica (Unipeclin) do hospital. "Vamos oferecer um suporte completo a quem não consegue controlar a compra compulsiva", diz a psicóloga Ilduara Valéria Ferraz, mestre em neuropsiquiatria e ciências do comportamento.

Para oferecer atendimento na Unipeclin/Huoc, com base em programas clínicos a partir de evidências, Ilduara e outros profissionais participam de workshop sobre compra compulsiva, nos dias 21 e 22, no auditório da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (UPE). O curso, ministrado por profissionais do Ambulatório Integrado dos Transtornos do Impulso (Pro-Amity) do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, é aberto a qualquer profissional de saúde e de outras áreas interessado em comportamento do consumidor.

"Vamos orientar os participantes do curso a conduzir de forma adequada o tratamento de quem compra compulsivamente. É um transtorno que pode ser revertido. Ou seja, a pessoa tem chances de voltar a ter uma relação normal e saudável com o dinheiro", explica o psiquiatra Hermanno Tavares, que apresentará a experiência do Pro-Amity no workshop e compartilhará experiências terapêuticas. "A partir desse curso, será criado um protocolo de atendimento de terapia cognitivo-comportamental direcionado a compra compulsiva", diz a psiquiatra pernambucana Kátia Petribú, que integra o Consórcio Nacional para Estudo de Transtornos do Espectro Obsessivo-Compulsivo (C-TOC).

Em abril, esse acompanhamento será iniciado. Os pacientes que desejarem suporte já podem entrar em contato com o Unipeclin/Huoc. "O objetivo da terapia cognitivo-comportamental é trabalhar a forma de pensar em relação ao comprar. Ajudamos as pessoas a organizar a vida para que não fiquem vulneráveis ao consumo exacerbado", explica Ilduara.

O atendimento será feito em parceria com o Núcleo de Proendividados do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). "O projeto para implementação do convênio está sendo formatado. Muitas das pessoas na condição de endividamento que nos procuram precisam de suporte terapêutico. Vamos encaminhá-las para o serviço do hospital", observa a juíza Nalva Campello, coordenadora do Proendividados.

Mais na web



Conduzimos de cinco a seis audiências por dia. Os consumidores nos procuram para fazermos o acompanhamento e propormos a resolução amigável de conflitos com os credores. Agora, temos a opção de encaminhá-los para acompanhamento terapêutico, se necessário", diz a juíza Nalva Campello, do Proendividados

Saiba mais

Editoria de Arte/JC

Características da compra compulsiva



- Preocupação excessiva e perda de controle sobre o ato de comprar
- Aumento progressivo do volume de compras.
- Tentativas frustradas de reduzir ou controlar os gastos
- Comprar para lidar com a angústia ou outra emoção negativa
- Mentiras para encobrir o descontrole com compras
- Prejuízos nos âmbitos social, profissional e familiar por causa das compras
- Problemas financeiros causados pelos gastos
- Roubo, falsificação, emissão de cheques sem fundos ou outros atos ilegais para poder comprar ou pagar dívidas

Como suspeitar



Responda sim ou não às perguntas abaixo:

1. Você tem preocupação excessiva com compras?
2. Geralmente acaba perdendo o controle e comprando mais do que poderia?
3. Percebeu um aumento progressivo do volume de compras e nas suas despesas?
4. Já tentou e não conseguiu reduzir ou controlar as compras?
5. Percebe que faz compras como uma forma de aliviar a angústia, tristeza ou outra emoção negativa?
6. mente para encobrir o seu descontrole e as quantias que gastou com compras?
7. Tem ou teve prejuízos sociais, profissionais ou familiares por causa das compras?
8. Tem problemas financeiros causados por compras?
9. Já se envolveu com roubo, falsificação, emissão de cheques sem fundos ou outros atos ilegais para poder comprar ou pagar dívidas?

* Resposta positiva a cinco ou mais perguntas geralmente indica compra compulsiva. Quem se enquadra nessa situação deve procurar apoio

Onde procurar ajuda e capacitação



Programa Proendividados do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)
3225-0209

Unidade de Pesquisa Clínica (Unipeclin) do HUOC/Procape
3184-1384

Workshop em Compra Compulsiva
3242-3264 /
9213-8493

Assunto: Representatividade - TJPE registra menor participação feminina

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Política

Seção:

Página: 6

Data: 08/03/2015

jornal do  commercio

Pouco espaço para mulheres na política

REPRESENTATIVIDADE Gênero fica de fora dos cargos mais importantes e decisórios dos poderes públicos em Pernambuco. TJPE registra a menor participação feminina

Da Equipe de Política
politica@jc.com.br

Ela não tem um cargo no Executivo nem ocupa uma das cadeiras no Legislativo ou Judiciário. Ainda assim, no momento, Renata Campos, viúva do ex-governador Eduardo Campos, é uma das mulheres mais influentes do Estado. A socialista, que assim pode ser chamada por ser filiada ao PSB, sempre acompanhou o marido de perto na condução do Estado. Coordenou e participou de ações na gestão Eduardo.

Mas o caso dela é exceção. Nos espaços decisórios dos Poderes públicos em Pernambuco, as mulheres ainda são amplamente minoria. Um motivo de reflexão neste Dia Internacional da Mulher. No Executivo, Legislativo ou Judiciário, as mulheres ocupam, no máximo, 10% dos cargos decisórios.

O **JC** traz, na sua página da web, uma série de matérias sobre as mulheres que ocupam os espaços nas diversas esferas dos poderes públicos. A Prefeitura do Recife, neste caso, tem uma participação feminina mais ampla entre os poderes públicos instalados na capital pernambucana. Das 23 secretarias, seis são comandadas por mulheres. O número ainda é pequeno,



Edmar Melo/JC Imagem

HERANÇA Viúva de Eduardo, Renata é influente no PSB

mas é considerado um avanço, se comparado com gestões anteriores. O grupo está no comando das pastas da Mulher, Meio Ambiente, Cultura, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e Enfrentamento ao Crack e outras drogas. Na última sexta-feira, ele também designou um nome feminino para comandar a pasta de Desenvolvimento Econômico.

No governo estadual, das 26 pastas, só duas têm mulheres no comando (Ciência e Tecno-

logia e Mulher). O Estado tem apenas uma deputada federal, Luciana Santos (PCdoB); e uma conselheira entre os sete membros do pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE): Teresa Duere.

Na Assembleia Legislativa são apenas cinco deputadas estaduais em meio a 49 vagas. Três delas têm experiência parlamentar. No quarto mandato consecutivo, Teresa Leitão (PT) – primeira mulher, na Alepe, reeleita pela terceira vez –

entende que, independentemente do partido, a pauta em defesa de política às mulheres e uma maior participação feminina tendem a agregar a atuação das deputadas. Ela acredita que a política é capaz de mudar esse déficit de participação feminina na vida pública

“A política não deixa de ser um meio de mudanças. Através da política podemos levar a igualdade a homens e mulheres, o que é um aperfeiçoamento da democracia. A diferença ainda é grande. A regra eleitoral determina 30% das vagas para mulheres, o que não ocorre nas eleições. A luta por ascensão política unifica, em vários pontos, as propostas das mulheres, independentemente a questão ideológica”, destaca.

No Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está a maior disparidade entre homens e mulheres em um espaço de poder do Estado: dos 49 desembargadores, há apenas uma mulher, Daisy Andrade, que entrou no tribunal pela vaga reservada ao quinto constitucional.

“Isso faz parte de um processo histórico”, atesta ela, que lembra que o ingresso feminino no TJPE só começou nos anos 1990, após a Constituição estabelecer a igualdade entre os sexos.

Assunto: Audiências sobre violência contra mulher	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção:
Página: A5	Data: 07/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

JUSTIÇA

Audiências sobre violência contra mulher

O Tribunal de Justiça vai fazer duas mil audiências sobre casos de violência contra a mulher durante a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. O mutirão começa na segunda-feira e segue até o dia 13. Durante a Semana, o Judiciário também terá uma Vara de Violência Do-



BLENDIA SOUTO MAIOR/DP/DA PRESS

méstica itinerante, que funcionará ao lado de uma delegacia móvel da SDS. Jaboatão receberá o projeto.

Assunto: Convênio vai agilizar destruições de armas apreendidas	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção:
Página: A5	Data: 07/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

ARMAS APREENDIDAS

Convênio vai agilizar destruições

Um convênio que será firmado entre a Secretaria de Defesa Social (SDS), o Ministério Público de Pernambuco e o Poder Judiciário pretende dar maior celeridade à destruição das armas apreendidas no estado.

O anúncio foi feito ontem pelo chefe da Polícia Civil, Antônio Barros, após o *Diário* ter publicado matéria sobre pesquisa feita pelo Instituto Sou da Paz. O estudo revelou

que 8,2 mil armas ligadas a processos judiciais estavam sendo guardadas pela Polícia Civil no ano de 2013.

De acordo com a pesquisa, apenas na capital pernambucana, cerca de 760 armas são apreendidas por ano. Ainda segundo o levantamento, 18 anos seria o tempo necessário para que todas essas armas fossem destruídas.

Na opinião do coordenador de projeto do Instituto Sou

da Paz, Marcello Baird, o responsável por esse acúmulo de armas é o Poder Judiciário. De acordo com Antônio Barros, uma reunião na terça-feira entre a polícia, o MPPE e Judiciário vai afinar os detalhes do convênio.

“Com essa parceria, os juízes poderão dar mais agilidade. Vai ser uma força-tarefa para destruir as armas que não precisam ser mais analisadas. Acredito que ainda na

próxima semana esse convênio seja assinado”, detalha o chefe da Polícia Civil.

Após a autorização da Justiça, as armas serão encaminhadas para o Exército, que fica responsável pelas destruições. Diferentemente das armas entregues voluntariamente à Polícia Federal, as apreendidas pela polícia permanecem anos estocadas, o que gera risco de furtos. (Wagner Oliveira)

Assunto: Desembargadora homenageada no Dia Internacional da Mulher	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Viver	Seção:
Página: C3	Data: 07/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO



A desembargadora Dayse Andrade e Silvan Pereira, na festa que homenageou as mulheres no Tacaruna

Assunto: Jantar com presidente da Alepe	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: 4	Data: 07/03/2015



■ **DETOX 1** - A despeito do convite feito, o jantar que o governador, em exercício, Guilherme Uchoa, programou para os conselheiros do TCE, ontem, como a coluna cantou a pedra, acabou cancelado. Não seria usual aos membros daquela corte se negarem a comparecer.

■ **DETOX 2** - A agenda acabou suspensa sem prejuízos à relação institucional. Na quinta à noite, Uchoa ofereceu coquetel aos companheiros da Alepe. Naquele mesmo dia, durante o almoço, o menu foi preparado para a Mesa Diretora do TJPE. Na quarta, teve jantar para as bancadas evangélica e a das mulheres.

Assunto: Tribunal realiza 2 mil audiências de casos de violência contra mulher	
Veículo: CNJ	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



Tribunal realiza 2 mil audiências de casos de violência contra mulher

A Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa tem início na próxima segunda-feira (9/3). O Tribunal de Justiça de Pernambuco integra o movimento, que tem como foco o combate à violência contra a mulher. Até o dia 13, estão agendadas mais de 2 mil audiências envolvendo crimes contra mulheres.

Outras medidas também integram o calendário de atividades, que fazem alusão ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Na terça-feira (10/3) a ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia, acompanhará o andamento dos trabalhos, juntamente com a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, e o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves.

A iniciativa conta com o apoio do Executivo estadual, através da Secretaria de Defesa Social (SDS) e da Secretaria da Mulher, além do Ministério Público e da Defensoria Pública. Durante a Semana, o Judiciário pernambucano também contará com uma Vara de Violência Doméstica itinerante, que funcionará ao lado de uma delegacia móvel da SDS. Uma equipe interinstitucional composta por juízes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de Justiça atenderá mulheres em busca de orientação e apoio sobre a Lei Maria da Penha.

A Vara itinerante funcionará em um equipamento móvel com estação de trabalho, guichês de atendimento e salas de audiência cedido pela Secretaria de Defesa Social. Nove juízes atuarão na unidade, que estará em Jaboatão dos Guararapes, cidade escolhida pelos índices de violência.

Novas varas – Está aguardando sanção um projeto de lei encaminhado pelo desembargador Frederico Neves que cria Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Caruaru e Petrolina. Dados estatísticos revelam que, no ano de 2014, de janeiro a agosto, a Delegacia da Mulher de Caruaru já contava com 1.172 ocorrências registradas e a de Petrolina, com 617. A análise da evolução dos dados da especializada, em Caruaru, nos últimos 6 anos, indica um crescimento superior a 200% no número de casos registrados.

As informações extraídas do Sistema de Acompanhamento Processual do Tribunal também permitem concluir que, em ambas as comarcas, os feitos relacionados à violência contra a mulher correspondem a 30% do acervo processual das varas criminais, já bastante expressivo. "Precisamos dar uma resposta à sociedade e essa mobilização busca dar visibilidade ao assunto. Atuaremos com disposição e, com a integração existente entre os poderes, acreditamos que obteremos bons resultados", ressaltou o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves.

Assunto: Programa de governança das execuções fiscais chega a Pernambuco	
Veículo: CNJ	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



Programa de governança das execuções fiscais chega a Pernambuco



A corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrichi, esteve na última segunda-feira (2) em Recife para fazer o lançamento do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, que visa estabelecer um novo método de gerenciamento destas ações, hoje, as mais numerosas no Poder Judiciário.

A ministra reuniu-se com o governador do estado, Paulo Câmara, no Palácio do Campo das Princesas. Os presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) também participaram da reunião, que resultou na adesão do estado ao programa da Corregedoria.

Por atuar em três frentes: a regularização da situação fiscal do cidadão, a recuperação fiscal do governo e a diminuição do acervo judicial, o programa precisa de uma integração entre os poderes. Para o governador Paulo Câmara, é esse trabalho integrado que trará um resultado positivo para todos. “Nesse período que estamos vivendo, de tantos desafios e da busca de alternativas para melhoria da receita, essa é uma ação prioritária e fundamental”, afirmou.

Segundo dados do governo de Pernambuco, a dívida ativa do estado é de atualmente cerca de R\$ 13 bilhões, dos quais R\$ 4 bilhões são de ações de execução fiscal ajuizadas entre 2010 e 2014, com algo em torno de 23 mil ações.

A juíza Soníria Rocha Campos D’Assunção, auxiliar da Corregedoria e coordenadora do projeto, reuniu-se com o um grupo de 16 juízes responsáveis pelo julgamento de

ações penais no Nordeste. Estiveram presentes juízes de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia. Após a apresentação do programa e de alguns métodos e práticas, os juízes falaram sobre suas realidades, relataram experiências e tiraram dúvidas. Depois, foram conhecer alguns juízos da capital pernambucana.

Motivação - Em sua visita ao Recife, a ministra também proferiu palestra de boas-vindas a 61 juízes pernambucanos recém-nomeados. Mais de 100 pessoas acompanharam seu discurso.

Nancy falou sobre conciliação; como lidar com os problemas que possivelmente aparecerão nas comarcas; da necessidade de se continuar estudando sempre; e daquilo que julga indispensável a um juiz, como a humildade, a imparcialidade, e a independência.

A relação com as leis, velhas e novas; a necessidade de aproveitar a modernidade e aceitar a democratização do judiciário também foram citadas pela ministra. “Ser juiz não é uma função, mas sim uma missão e esta deve ser cumprida de forma diferenciada quer quanto ao modo, quer quanto ao tempo, quer quanto à dedicação”, afirmou. Ao final, foi aplaudida de pé por todos os presentes.

Assunto: TJPE vai realizar mais de duas mil audiências priorizando casos de violência contra a mulher	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



TJPE vai realizar mais de duas mil audiências priorizando casos de violência contra a mulher

Começa nesta segunda-feira em Pernambuco a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. Até o dia 13 de março, mais de duas mil audiências devem acontecer em todo o estado, dando prioridade aos casos de violência contra a mulher.

Durante toda a semana, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai manter uma Vara de Violência Doméstica Itinerante funcionando ao lado da delegacia móvel da Secretaria de Defesa Social, em Jaboatão dos Guararapes, município escolhido pelos altos índices de violência. A Vara da Mulher Itinerante estará na Casa da Cultura, na Praça Nossa Senhora do Rosário, nº 670, no Centro, das 8h às 18h. Uma equipe interinstitucional composta por juízes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de justiça vai atender mulheres em busca de orientação e apoio sobre a Lei Maria da Penha.

Nesta segunda, a partir das 9h, no Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, o réu Ednaldo Francisco da Silva será julgado pela tentativa de homicídio, mediante disparos de arma de fogo, de sua ex-esposa, Marília Ribeiro de Barros. A sessão será conduzida pela juíza Ana Cristina de Freitas Mota. Segundo a denúncia do Ministério Público de Pernambuco, o crime ocorreu no dia 7 de setembro de 2013, no bairro de Areias. Consta ainda na denúncia que o acusado e a vítima estavam separados havia sete meses, embora o mesmo ainda nutrisse bastante ciúme de sua ex-esposa. Insatisfeito com o fato de que a vítima estava em outro relacionamento, Ednaldo dirigiu-se até a casa de Marília e encostou uma arma de fogo na sua cabeça, chegando a puxar o gatilho, que falhou, ocasião em que a vítima conseguiu correr, sendo atingida por um tiro de raspão na região do braço.

Em todo o país, a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa é coordenada pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia Antunes Rocha. A ação tem como objetivo o combate à violência contra a mulher.

Assunto: Duas mil audiências nesta Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Duas mil audiências nesta Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa

Ação tem início nesta segunda-feira e conta com guichês de atendimento, juízes de plantão e vara itinerante de apoio às mulheres

Começa nesta segunda-feira (9) a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, movimento do Tribunal de Justiça de Pernambuco cujo foco é o combate à violência contra a mulher. Até o dia 13 deste mês, estão agendadas mais de duas mil audiências envolvendo crimes contra mulheres. A ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia, e a ministra da secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, acompanham o presidente do TJPE, o desembargador Frederico Neves, durante o andamento dos trabalhos.

Durante a semana, o Judiciário também conta com uma Vara de Violência Doméstica itinerante ao lado de uma delegacia móvel da SDS. juízes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de justiça darão apoio e orientação a mulheres sobre a Lei Maria da Penha. A Vara itinerante, com guichês e salas de audiência, terá nove juízes de plantão, atuando em Jaboatão dos Guararapes - escolhida devido aos altos índices de violência contra a mulher - na Casa da Cultura (Praça Nossa Senhora do Rosário, nº 670, no Centro), das 8h às 18h.

Assunto: TJPE vai realizar duas mil audiências na Semana da Mulher	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



TJPE vai realizar duas mil audiências na Semana da Mulher

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai fazer duas mil audiências sobre casos de violência contra a mulher durante a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. O mutirão começa na segunda-feira e segue até o dia 13.

Durante a Semana, o Judiciário também terá uma Vara de Violência Doméstica itinerante, que funcionará ao lado de uma delegacia móvel da SDS. Uma equipe com juízes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de Justiça atenderá mulheres, com orientação e apoio sobre a Lei Maria da Penha.

Nove juízes atuarão na unidade móvel, que estará das 8h às 18h na Casa da Cultura de Jaboatão dos Guararapes, cidade escolhida pelos índices de violência. A Casa fica na Praça Nossa Senhora do Rosário, nº 670, no Centro.

Na terça-feira (10/3), a ministra do Supremo Tribunal Federal Carmem Lúcia e a ministra da secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, virão ao estado acompanhar, com o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, o andamento dos trabalhos.

O mutirão tem apoio da Secretaria de Defesa Social (SDS), Secretaria da Mulher, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública de Pernambuco.

Assunto: Audiências sobre violência contra mulher	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



Audiências sobre violência contra mulher

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai fazer duas mil audiências sobre casos de violência contra a mulher durante a Semana Nacional da Justiça pela Paz em casa. O mutirão começa na segunda-feira e segue até o dia 13. Durante a Semana, o Judiciário também terá uma Vara de Violência Doméstica itinerante, que funcionará ao lado de uma delegacia móvel da SDS. Uma equipe com juízes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de Justiça atenderá mulheres, com orientação e apoio sobre a Lei Maria da Penha.

Assunto: Justiça obriga proprietário a recuperar prédio abandonado em condição de risco	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Justiça obriga proprietário a recuperar prédio abandonado em condição de risco

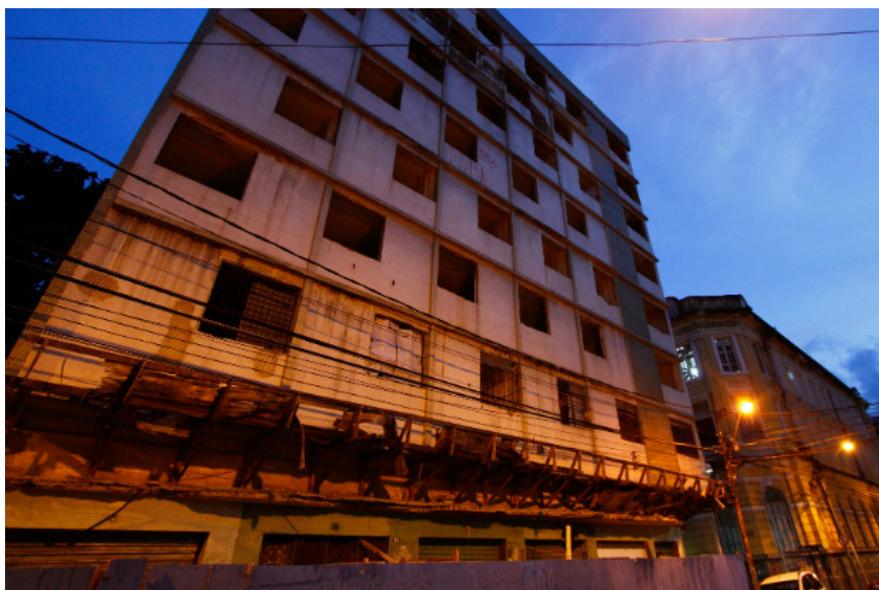


Foto: Marcos Pastich/PCR/Divulgação

Os proprietários do número 88 da Rua da Guia deverão iniciar a recuperação imediata do edifício. A ordem partiu da Prefeitura da Cidade do Recife, por meio de uma medida liminar, expedida nesta sexta-feira (6), pela 7ª Vara da Fazenda Pública. O imóvel, que está desocupado há vários anos, apresenta deterioramento em sua estrutura.

A Secretaria-Executiva de Defesa Civil do Recife elaborou um laudo onde ficou constatado o péssimo estado de conservação do edifício. A recuperação deverá abranger estruturas que apresentam ferragens expostas e deterioração do concreto. Ainda foi apontada a necessidade de serviços de manutenção das fachadas e de toda a estrutura. A edificação foi classificada como R-3 (Risco Alto).

De acordo com o secretário de Assuntos Jurídicos e procurador-geral do município, Ricardo Correia, a medida servirá de base para novas ações de inspeção e recuperação de imóveis em situação semelhante. Ainda segundo Ricardo Correia, a Prefeitura está fazendo o levantamento de prédios abandonados para proceder à arrecadação dos mesmos, o que significa, na prática, a perda da propriedade pelo particular para o Município.

Assunto: Punição à juíza deve ser definida pelo TJPE nesta segunda-feira (9)	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



Punição à juíza deve ser definida pelo TJPE nesta segunda-feira (9)

Andréa Calado, da Vara da Infância e Juventude de Olinda, é investigada por desvios na conduta funcional. Corte Especial decidirá futuro dela



Quinze desembargadores vão votar se a magistrada deve ou não ser punida. Foto: Paulo Paiva/DP/D.A.Press

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) deve decidir, nesta segunda-feira (9), se a juíza Andréa Calado, da Vara da Infância e Juventude de Olinda, deve ser ou não punida por indícios de irregularidades na conduta funcional. Na semana passada, mais de um ano após a abertura do Processo Administrativo Disciplinar (PAD), o relator do caso, o desembargador Fausto Campos, deu o voto para que a magistrada fosse penalizada com a remoção

compulsória, ou seja, será transferida para outra comarca do estado.

A decisão final caberá aos 15 desembargadores que formam a Corte Especial do TJPE. O grupo ainda pode decidir pelo arquivamento do processo. Caso contrário, será definido se a juíza sofrerá advertência, censura, remoção compulsória ou a aposentadoria compulsória.

O caso começou a ser apurado após a magistrada ser denunciada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) por suposta irregularidade de um processo de guarda provisória de uma criança a um casal que vive nos Estados Unidos e não fazia parte do Cadastro Nacional de Adoção - como determina a legislação brasileira.

A denúncia, em 2013, foi publicada com exclusividade pelo Diário de Pernambuco. Na época, o MPPE ainda apontou suposto tráfico de influência no processo envolvendo o presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco e a filha dele, a advogada Giovana Uchoa.

Em janeiro de 2014, o PAD foi aberto após investigações da Corregedoria Geral de Justiça apontarem indícios de assédio moral e coação de servidores, falsidade ideológica e atrasos em decisões judiciais para satisfazer interesses pessoais, entre outras denúncias. O desembargador Frederico Neves, então corregedor geral do TJPE,

responsável pela apuração do caso, pediu votou a favor da abertura do PAD - o que foi aceito pela Corte Especial.

Enquanto o processo segue em tramitação, a magistrada continua a exercer suas funções normalmente na Vara da Infância e Juventude de Olinda. Em relação à denúncia de facilitação no processo de adoção, a Corte Especial do TJPE decidiu não apurar, pois argumentou que a possível irregularidade não pode ser classificada como má-conduta e porque a criança foi devolvida pelo casal - pondo fim ao processo de adoção.

Assunto: Audiência sobre morte de empresária após cirurgia bariátrica atrasada	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

Audiência sobre morte de empresária após cirurgia bariátrica atrasada

A terceira audiência de instrução e julgamento do médico Gustavo Menelau, que responde por homicídio culposo pela morte da empresária Fernanda Nóbrega, de 26 anos, após uma cirurgia bariátrica, marcada para as 14h desta sexta-feira (6), ainda não começou. A sessão será presidida pelo juiz Francisco Galindo, que já está no pleno, e deve acontecer na 7ª Vara Criminal do Recife, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, em Joana Bezerra.



Fernanda Nóbrega. Foto:
Facebook/Reprodução

A expectativa é de que, ainda nesta tarde, sejam colhidos os depoimentos de quatro testemunhas de defesa e também do médico Gustavo Menelau, acusado de negligência por não ter prestado o atendimento adequado e necessário à paciente quando ela voltou ao hospital com complicações decorrentes do procedimento de redução do estômago. A cirurgia foi realizada no dia 2 de novembro de 2013, no Hospital Unimed III, na região central do Recife.

Julgamento

As investigações culminaram com o indiciamento do médico, e o Ministério Público ofereceu a denúncia à Justiça. Por sua vez, o Conselho Regional de Medicina também concluiu pela existência de indícios da prática de atos contrários ao Código de Ética Médica e instaurou um processo ético profissional.

O julgamento do médico Gustavo Menelau foi iniciado em 9 de janeiro deste ano. Ainda em janeiro foi realizada a segunda audiência.

Encerrada a fase processual dos depoimentos, poderá ser produzida prova complementar e, na sequência, haverá a fase das alegações finais da acusação e da defesa.

A pena para o crime de homicídio culposo é de um a três anos de detenção, aumentada em 1/3 pela agravante da inobservância de regra técnica pelo acusado.

Assunto: Mais de oito mil armas de processos judiciais armazenadas no estado	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:

DIARIO de PERNAMBUCO
.com.br

Mais de oito mil armas de processos judiciais armazenadas no estado



Armamento entregue à Polícia Federal é destruído com mais rapidez que as apreendidas pela PM. Foto: Jaqueline Maia / DP / D.A Press

Dezoito anos. Esse seria o tempo necessário para que todas as armas estocadas por determinação da Justiça fossem destruídas, levando em conta as apreensões feitas apenas no Recife. Pesquisa do Instituto Sou da Paz em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) revela que 8,2 mil armas ligadas a processos judiciais eram guardadas pela Polícia Civil em 2013.

Em 2012, 760 foram apreendidas e 1.190 destruídas. Com saldo positivo de 430 armas desintegradas/ano – levaria quase duas décadas para serem destruídas as 8,2 mil em depósito. O instituto, no entanto, elogia Pernambuco pelo sistema de rastreamento das armas e o fato de ficarem sob custódia da polícia. O levamento, feito em outras duas cidades – Campinas (SP) e Campo Grande (MS) -, mostra que as armas entregues na Campanha do Desarmamento são encaminhadas à destruição realizada pelo Exército com maior rapidez.

Em Pernambuco, no ano passado, 7.881 armas foram entregues à PF pela população. Já o caminho feito pelas armas apreendidas pela polícia, diz a pesquisa, esbarra em vários obstáculos, com riscos à segurança. “Os juízes demoram com os processos”, aponta o coordenador de projetos do Sou da Paz, Marcello Baird.

Assunto: TJPE agenda 2 mil audiências sobre casos de violência contra a mulher	
Veículo: G1 Pe	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO  **NORDESTE**

TJPE agenda 2 mil audiências sobre casos de violência contra a mulher

Sessões fazem parte da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. Evento começa nesta segunda-feira (8) e contará com vara itinerante.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) agendou 2 mil audiências envolvendo casos de violência contra a mulher durante Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que começa na segunda-feira (8). O evento segue até a sexta (13) e contará com uma Vara de Violência Doméstica itinerante.

A vara itinerante funcionará em um equipamento móvel com estação de trabalho, guichês de atendimento e salas de audiência, cedido pela Secretaria de Defesa Social (SDS). Uma equipe de juízes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de Justiça atenderá mulheres em busca de orientação e apoio sobre a Lei Maria da Penha.

A unidade ficará na Casa da Cultura, na Praça Nossa Senhora do Rosário, nº 670, no Centro de Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife, cidade escolhida pelos altos índices de violência. O atendimento será das 8h às 18h.

Na terça-feira (10), a ministra do Supremo Tribunal Federal Carmem Lúcia virá a Pernambuco junto com a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, acompanhar com o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, o andamento dos trabalhos.

Novas varas

De acordo com o TJPE, está para ser sancionado um projeto de lei que cria Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Caruaru e Petrolina, no Agreste e Sertão pernambucano, respectivamente. Dados estatísticos revelam que, entre janeiro a agosto de 2014, a Delegacia da Mulher de Caruaru registrou 1.172 ocorrências, e a de Petrolina, 617.

A análise da evolução dos dados da especializada, em Caruaru, nos últimos seis anos, ainda indica um crescimento superior a 200% no número de casos registrados. As informações extraídas do Sistema de Acompanhamento Processual do Tribunal também permitem concluir que, em ambas as comarcas, os feitos relacionados à violência contra a mulher correspondem a 30% do acervo processual das varas criminais.

Assunto: Liminar determina recuperação de imóvel abandonado no Recife Antigo	
Veículo: G1 Pe	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



Liminar determina recuperação de imóvel abandonado no Recife Antigo

Edifício na Rua da Guia está desocupado, com estrutura deteriorada. Ação foi ingressada pela Prefeitura municipal em fevereiro deste ano.



Prédio na Rua da Guia foi avaliado com deterioração de alto risco (Foto: Marcos Pastich/ Prefeitura do Recife)

A 7ª Vara da Fazenda Pública expediu liminar, nesta sexta-feira (6), determinando que os proprietários do prédio localizado no número 88 da Rua da Guia, no Bairro do Recife, iniciem a recuperação imediata da estrutura. Desocupado há vários anos, o imóvel está deteriorado. A ação foi ingressada pela Prefeitura, em fevereiro, por meio da Secretaria de Assuntos Jurídicos.

De acordo com laudo da Secretaria Executiva de Defesa Civil do Recife, o imóvel foi classificado como R-3 (Risco Alto) pelo "péssimo estado de conservação, havendo necessidade de recuperação estrutural nos elementos que apresentam ferragens expostas e deterioração do concreto", assim como "a necessidade de serviços de manutenção das fachadas".

A Secretaria de Assuntos Jurídicos do Recife informou que, a partir de agora, novas medidas serão adotadas para recuperar imóveis em estado semelhante na área histórica da cidade, uma vez que eles representam risco à população e não atendem a sua função social. Ainda segundo órgão, a Prefeitura está levantando os prédios abandonados para

proceder à arrecadação dos mesmos, o que significa, na prática, a perda da propriedade pelo particular para o município.

A medida será adotada com base no Código Civil, que prevê que o imóvel declarado como bem vago poderá passar, três anos depois, à propriedade do município, sendo a presunção de absoluto abandono se o proprietário estiver em débito com o IPTU.

Assunto: TJPE faz mutirão para julgar violência contra a mulher	
Veículo: JConline	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:

jornal do **commercio**

JUSTIÇA

TJPE faz mutirão para julgar violência contra a mulher

Intenção é julgar dois mil casos até sexta-feira.
Audiências ocorrerão em todos os municípios

Assunto: TJPE quer julgar dois mil casos de violência contra mulher até sexta (13)	
Veículo: JConline	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

TJPE quer julgar dois mil casos de violência contra mulher até sexta (13)

Tribunal de Justiça agendou audiências em todo o Estado. Ministras visitam Estado para acompanhar trabalho



TJPE espera implantação de varas específicas de violência doméstica em Caruaru e Petrolina

Foto: Priscilla Buhr/Acervo JC Imagem

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) realiza, desta segunda (9) até sexta-feira (13), cerca de duas mil audiências que envolvem casos de violência contra a mulher. A ação faz parte da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa e integra as comemorações do Dia Internacional da Mulher, comemorado ontem. A programação contará, ainda, com a visita das ministras Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF) e Eleonora Menicucci, da secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, amanhã. As duas irão acompanhar o andamento dos trabalhos.

As audiências ocorrerão em todo o Estado. As varas foram contactadas antecipadamente para que os casos de violência contra a mulher fossem tratados com prioridade pelos juízes.

Além das audiências, o TJPE também montará uma Vara de Violência Doméstica itinerante, que vai funcionar ao lado de uma delegacia itinerante. O objetivo é prestar orientações e atendimentos sobre a Lei Maria da Penha. A unidade ficará na Praça Nossa Senhora do Rosário, no Centro de Jaboatão dos Guararapes. A cidade da Região Metropolitana foi escolhida devido aos altos índices de violência. O atendimento será realizado das 8h às 18h, com presença de juízes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de Justiça.

A criação de varas específicas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher foi aprovada no final de fevereiro pela Assembleia Legislativa. A proposta, apresentada pelo TJPE, prevê a criação das varas nas comarcas de Caruaru, no Agreste, e Petrolina, no Sertão. Seriam as primeiras varas desse tipo no interior.

Segundo dados do Tribunal, de janeiro a agosto de 2014, a Delegacia da Mulher de Caruaru registrou 1.172 ocorrências. Um incremento de 200% no número de casos nos últimos seis anos, ainda segundo o TJPE. No mesmo período, a Delegacia da Mulher de Petrolina contabilizou 617 casos de violência contra a mulher. O Tribunal explica também que apenas essas duas cidades somam 30% dos processos de violência de gênero. O TJPE possui, atualmente, sete Varas de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher no Estado: Recife (duas), Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Igarassu, Camaragibe e Cabo de Santo Agostinho, todas na Região Metropolitana.

Assunto: Com 49 membros, TJPE tem apenas uma desembargadora	
Veículo: JConline	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Com 49 membros, TJPE tem apenas uma desembargadora

Daisy Andrade é a única desembargadora do tribunal. Via de regra, Judiciário tem baixa participação feminina. TRT e TRE são exceções



TJPE tem pouco espaço de participação feminina
JC Imagem

O Poder Judiciário ainda é uma esfera onde as mulheres precisam ampliar sua atuação. No Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), por exemplo, há apenas uma representante do sexo feminino, Daisy Andrade, entre 49 desembargadores. “Isso faz parte de um processo histórico”, atesta ela, que relembra que o ingresso feminino no TJPE só começou nos anos 1990, após a Constituição estabelecer a igualdade entre os sexos. Como a progressão na carreira acontece de forma lenta, até o momento apenas outras três mulheres, já aposentadas, chegaram a ocupar o cargo. Daisy, por exemplo, assumiu o posto através do quinto constitucional (mecanismo que confere vinte por cento dos assentos existentes nos tribunais a membros da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público).

Aos 54 anos, pequenina e sorridente, ela atua em uma das quatro câmaras criminais do tribunal e é responsável, no momento, por cerca de 400 processos, distribuídos em instâncias variadas. “Sempre procurei buscar uma boa capacitação técnica e me destacar por meus méritos, e não me posicionar de forma diferente pelo fato de ser mulher”, diz a desembargadora. Ao longo da próxima semana, inspirada pelas propostas do Conselho Nacional de Justiça, ela vai comandar uma mobilização para priorizar o julgamento de recursos que envolvam questões relativas à violência doméstica (Lei Maria da Penha). “A expectativa inicial é julgar 40 ações e prorrogar a prioridade para todo o mês de março”, adianta.

Já o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) vai na contramão de boa parte da magistratura brasileira, com quatro desembargadoras em destaque: a presidente do órgão, Gisane Barbosa de Araújo; a vice-presidente, Virgínia Malta Canavarro; a ouvidora, Eneida Melo C. Araújo; e a vice-ouvidora, Nise Pedroso Lins de Souza. Das quatro turmas que compõem o TRT, três são presididas por mulheres. E durante o biênio 2005-2007, o órgão chegou a ser dirigido apenas por mulheres, que controlavam também a corregedoria. Na época, elas eram carinhosamente denominadas como “Superpoderosas”, lembrando as heroínas de um popular desenho animado.

“Sou a sexta mulher a presidir o TRT”, pontua Gisane. “Do ponto de vista técnico, o gênero não tem nenhuma influência, mas talvez o olhar feminino traga uma sensibilidade diferente”, admite. Criada há 70 anos para decidir questões que geralmente têm menor impacto financeiro mas grande valor social, a Justiça do Trabalho sempre contou com muita colaboração feminina ao longo de sua história, e foi evoluindo junto a legislação brasileira, que já exigiu autorização do pai ou marido para que as mulheres pudessem ter carteira assinada, entre outras situações que hoje seriam inadmissíveis. As trabalhadoras tinham jornada reduzida e salários menores. Essa legislação protecionista caiu em desuso e os direitos femininos foram equiparados aos dos homens, mas com algumas garantias no que diz respeito às gestantes e outras situações específicas. “Nossa área de abrangência é complexa e tem sido ampliada, incluindo questões de saúde e assédio que têm impacto sobre o público feminino. Temos atualmente leis trabalhistas avançadas e uma agilidade maior em relação a outros órgãos do Poder Judiciário, porque lidamos com salários, ou seja, com a sobrevivência das pessoas”, comenta Virgínia.

ELEITORAL

No Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Pernambuco, 58% dos servidores são mulheres, que ocupam cargos administrativos e de liderança em diversos setores. Na Mesa Eleitoral, que inclui oito desembargadores o diretor-geral do TRE, Cibele Figueiredo figura como secretária judiciária há quase uma década, sendo responsável, entre outras atribuições, por autuar e encaminhar processos aos relatores da Corte, fiscalizando a prestação de contas, registros de candidaturas e cooperando com a Comissão de Propaganda. “A esfera política, tradicionalmente, sempre teve mais homens. Não havia espaço para elas estarem presentes nessa área, e é papel da Justiça Eleitoral ajudar a mudar essa realidade”, aponta ela, citando como exemplo a punição imposta a dez partidos que não cumpriram a lei de propaganda eleitoral, que prevê um tempo mínimo destinado à promoção e divulgação de candidatas mulheres. Eles vão ter seu tempo de exibição reduzido, nas eleições de 2016.

Embora possam ser citadas pioneiras como Adalgisa Cavalcanti (primeira deputada federal do Brasil) e Júlia Santiago (primeira vereadora do Recife), as mulheres vêm ganhando espaço de forma gradativa, a partir de 1932, quando foram autorizadas a votar. Hoje, embora as eleitoras sejam maioria, poucas mulheres são eleitas. A lei, inicialmente, falava em reservar vagas específicas para candidatas do sexo feminino. “Reservar não significa preencher, pois a decisão final se dá por meio da votação”, explica, destacando a necessidade dos partidos trabalharem com grupos de mulheres, criando candidatura efetivas, com chance de preencher, de fato, as vagas que disputam. Entre 2010 e 2014, houve um aumento de mais de 45% no número de candidatas em cargos elegíveis. “O ideal seria que daqui a alguns anos não houvesse mais cotas, que

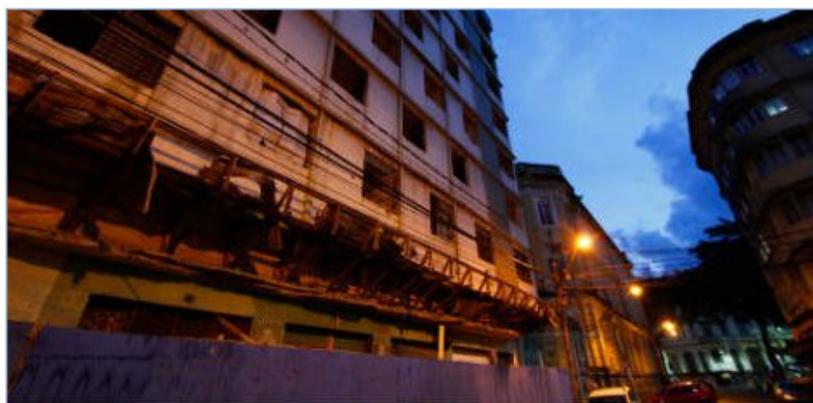
finalmente se chegasse a um patamar em que a questão do gênero não fosse importante, e sim as propostas de cada candidato ou partido”, comenta Cibele.

Assunto: Proprietário é obrigado pela Justiça a recuperar prédio com risco de desmoronamento	
Veículo: JConline	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Proprietário é obrigado pela Justiça a recuperar prédio com risco de desmoronamento

A reforma será necessária nos elementos que apresentam ferragens expostas e deterioração do concreto



A edificação foi classificada como R-3 (Risco Alto)
Fotos: Marcos Pastich/PCR

A Defesa Civil do Recife detectou um alto risco de desmoronamento em um edifício localizado na rua da Guia, 88, no Bairro do Recife. Desta forma, a Secretaria de Assuntos Jurídicos obteve uma medida liminar que determina que os proprietários iniciem a recuperação imediata do edifício. A medida foi expedida nesta sexta (6) pelo Juiz Mozart Valadares, da 7ª Vara da Fazenda Pública.

A estrutura do imóvel encontra-se deteriorada, e além disso o prédio está desocupado há muito tempo. No laudo elaborado pela Secretaria Executiva de Defesa Civil do Recife, no local foi constatado o péssimo estado de conservação, havendo necessidade de recuperação estrutural. A reforma será necessária nos elementos que apresentam ferragens expostas e deterioração do concreto. Ainda foi apontada a necessidade de serviços de manutenção das fachadas e de toda a estrutura.

A edificação foi classificada como R-3 (Risco Alto). A solicitação da liminar foi feita em fevereiro pela procuradora judicial Juliana Villar Limeira, atendendo ao requerimento da Secretaria de Assuntos Jurídicos do Recife. A recuperação de imóveis em estado semelhante, atenderão a novas medidas, visando uma maior segurança as pessoas que circulem nos locais.

A Prefeitura tem feito o levantamento de alguns prédios abandonados para proceder à arrecadação dos mesmos, o que significa, na prática, a perda da propriedade pelo

particular para o Município. O procedimento adotado tem base no Código Civil, onde está previsto que o imóvel declarado como bem vago poderá passar, três anos depois, à propriedade do Município, caso haja absoluto abandono e se o proprietário estiver em débito com o IPTU.

Assunto: TJPE fará duas mil audiências envolvendo casos de violência contra a mulher	
Veículo: folhape	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



TJPE fará duas mil audiências envolvendo casos de violência contra a mulher

Sessões vão acontecer na próxima semana, que será dedicada à Paz em Casa

Durante a Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que tem início nesta segunda-feira (9), o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) deve realizar duas mil audiências relativas a crimes contra mulheres. A jornada será aberta, às 9h, com o julgamento de Ednaldo Francisco da Silva, acusado de tentativa de homicídio contra sua ex-esposa, Marília Ribeiro de Barros. A sessão será conduzida pela juíza Ana Cristina de Freitas Mota, da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital.

Segundo a denúncia do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), o crime ocorreu no dia 7 de setembro de 2013, no bairro de Areias, na Zona Oeste do Recife. Consta que o acusado e a vítima estavam separados havia sete meses, embora o mesmo ainda nutrisse bastante ciúme da ex-mulher. Insatisfeito com um novo relacionamento amoroso da vítima, Ednaldo dirigiu-se até a casa de Marília e encostou uma arma de fogo na sua cabeça, chegando a puxar o gatilho, que falhou. A vítima conseguiu correr, sendo atingida por um tiro de raspão na região do braço.

Além dessa e de outras audiências, mais medidas também integram o calendário de atividades, que fazem alusão ao Dia Internacional da Mulher, celebrado neste domingo (8). Na terça (10), a ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia, acompanhará o andamento dos trabalhos no Estado. A iniciativa conta com o apoio da Secretaria de Defesa Social (SDS) e da Secretaria da Mulher, além do MPPE e da Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE).

Durante a semana, o Judiciário também contará com uma Vara de Violência Doméstica itinerante. Uma equipe interinstitucional composta por juízes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de Justiça atenderá mulheres em busca de orientação e apoio sobre a Lei Maria da Penha. A Vara itinerante funcionará em um equipamento móvel com estação de trabalho, guichês de atendimento e salas de audiência cedido pela Secretaria de Defesa Social. Nove juízes atuarão na unidade, que estará na Praça Nossa Senhora do Rosário, 670, no centro de Jaboatão dos Guararapes, das 8h às 18h.

Assunto: Ministra vai acompanhar atividades da Semana Nacional da Justiça pela Paz	
Veículo: folhape	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



Ministra vem

O presidente do TJPE, Frederico Neves, recebe a ministra do STF Carmem Lúcia, junto com a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, amanhã. Elas vêm acompanhar as atividades da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. O evento rola até sexta e busca combater os casos de violência contra a mulher. O número de audiências agendadas no Estado impressionou a ministra. Serão 2 mil durante o período.

Assunto: Liminar determina recuperação imediata de prédio abandonado no Bairro do Recife	
Veículo: folhape	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



Liminar determina recuperação imediata de prédio abandonado no Bairro do Recife

Medida solicitada pela Prefeitura considera o estado de deterioração da estrutura



Imóvel na rua da Guia foi considerado de risco alto

Uma liminar expedida, nesta sexta-feira (6), pelo juiz Mozart Valadares, da 7ª Vara da Fazenda Pública, determinou que os proprietários de um prédio localizado na rua da Guia, no Bairro do Recife, iniciem a recuperação imediata do imóvel. De acordo com a Prefeitura, que obteve a decisão, a edificação está deteriorada e se encontra em estado de abandono há vários anos. A liminar foi solicitada, em fevereiro, pela procuradora judicial Juliana Villar Limeira.

O péssimo estado de conservação foram comprovados, segundo a gestão municipal, através de um laudo elaborado pela Secretaria-Executiva de Defesa Civil. O documento apontou ferragens expostas e a deterioração do concreto, além de problemas nas fachadas e a necessidade de recuperação. O prédio foi classificado como R-3, ou seja, de risco alto.

Ainda conforme a Prefeitura, um levantamento está sendo realizado para dar procedimento à arrecadação de prédios abandonados. A medida será adotada com base no Código Civil, que prevê que o imóvel declarado como bem vago poderá passar, três anos depois, à propriedade do Município, sendo a presunção de absoluto abandono se o proprietário estiver em débito com o IPTU.

Assunto: Juiz nega redução de pena a Pedro Corrêa após inspeções do trabalho	
Veículo: G1 Pe	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



FANTÁSTICO

Juiz nega redução de pena a Pedro Corrêa após inspeções do trabalho

Advogados do ex-deputado pediram benefício sobre um total de 221 dias de trabalho e 450 horas dedicadas a um curso de ensino à distância.

O ex-deputado do PP Pedro Corrêa, um dos políticos suspeitos de envolvimento no escândalo da Petrobras, foi condenado por corrupção no processo do mensalão e cumpre pena desde 2013. Ele pediu redução de pena alegando que trabalhou mais de 200 dias, dentro e fora da cadeia, mas a Justiça negou. Descobriu que a história não era bem essa.

A cela tem banheiro individual, TV de tela plana, DVD, ventilador e fogão com botijão de gás. É a única assim, no Centro de Ressocialização do Agreste, a 210 quilômetros do Recife. Ocupada desde janeiro de 2014 pelo ex-deputado federal do PP Pedro Corrêa, um dos envolvidos no mensalão, o esquema de compra de votos de parlamentares para aprovação de leis e projetos no Congresso em Brasília.

O Fantástico chegou em um dia de muito movimento. Quase 400 presos do regime semiaberto tinham autorização para a saída temporária, entre eles, o ex-deputado, que não saiu enquanto a equipe de reportagem do Fantástico esteve em frente à penitenciária.

Corrêa foi condenado em 2013 a sete anos e dois meses por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Agora, os advogados de defesa tentam trocar pela liberdade de Corrêa os dias que ele teria trabalhado no presídio.

Para três dias de trabalho, um dia a menos na prisão. Os advogados do ex-deputado Pedro Corrêa pediram o benefício da remissão da pena sobre um total de 221 dias de trabalho e 450 horas dedicadas a um curso de ensino à distância. Mas duas inspeções feitas de surpresa nos locais de trabalho constataram que não foi bem assim.

O juiz Luiz Rocha comandou as inspeções e se negou a diminuir a pena de Corrêa. “Essas irregularidades que nós enxergamos, nessa situação, é que nos levou e nos motivou, e nos convenceu a indeferir o pedido de remissão dele”, afirma o juiz.

O deputado afirma que trabalhou a maior parte do tempo na cocheira da penitenciária, que fica do lado de fora, a uma distância de 500 metros da cerca. Ele teria trabalhado na cocheira durante 150 dias ou 5 meses.

O juiz ouviu outros detentos que trabalham na cocheira e agentes penitenciários. “Ele trabalhou aqui de cinco a seis meses, então qual foi o período que ele começou e qual foi o último dia de atividade dele? Curiosamente, eles não sabiam responder”, diz o juiz.

A defesa questiona a maneira com que as inspeções foram feitas. “É um procedimento absolutamente atípico, sem qualquer previsão e principalmente e o que é mais grave: sem a participação da defesa”, diz Plínio Nunes, advogado de Pedro Corrêa.

O ex-deputado foi contratado para trabalhar como médico radiologista em uma clínica médica em Garanhuns, a 30 quilômetros da penitenciária. Na inspeção, o juiz registra o encontro com Pedro Corrêa. Ele usa uma tornozeleira, colocada para monitorar os presos. O ex-deputado fala do trabalho na cocheira.

Pedro Corrêa, ex-deputado federal: Eu cuidava de toda vacinação, de toda a ração do gado, todo dia eu descia cedinho, tirava o leite.

Luiz Rocha, juiz: O senhor trabalhou o mês de fevereiro?

Pedro Corrêa: Março, abril, junho e julho.

Luiz Rocha, juiz: E maio, o senhor ficou aonde?

Pedro Corrêa: Maio eu fiquei na clínica.

Dos 60 dias que Corrêa afirma ter trabalhado na clínica, o juiz reconhece apenas seis, baseado nas fichas de atendimento e nos recibos preenchidos pelos médicos diariamente.

“Há informação que ele comparecia na unidade. Isto é fato. Mas o simples comparecimento dele na unidade, no meu entendimento, não é suficiente para autorizar a remição”, avalia o juiz.

Foi o próprio juiz quem gravou as imagens da cela onde o ex-deputado cumpre a pena. Fábio Corrêa, filho e advogado de Pedro Corrêa questiona o trabalho de Rocha: “E por que ele não foi fiscalizar outras celas? Eu garanto que ele não prova que ele trata qualquer outro preso do sistema penitenciário, que está sob a jurisdição dele, da forma que ele trata Pedro Corrêa”, afirma Fábio Corrêa, filho e advogado de Pedro Corrêa. O juiz determinou que o governo do estado cobre do ex-deputado o dinheiro pago a ele pelo trabalho que deveria ter sido feito na cocheira: cerca de R\$ 2 mil. E pede que se apure o envolvimento de funcionários da penitenciária no caso.

A decisão do juiz foi encaminhada ao secretário de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco.

“Eu acho estas denúncias graves, acho que elas devem ser apuradas. Nós precisamos saber e ter claro o seguinte: que o Brasil precisa ter uma lei igual para todos”, declara Pedro Eurico, Secretário de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco.

Assunto: Juiz nega redução de pena a Pedro Corrêa após inspeções do trabalho	
Veículo: Consultor Jurídico	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



Tribunais se mobilizam para acelerar julgamento de crimes contra a mulher

Tribunais estaduais de Justiça se mobilizam entre os dias 9 e 13 de março para fazer audiências e julgamentos de casos de violência contra a mulher, principalmente homicídios. O mutirão, intitulado Justiça pela Paz em Casa, ocorrerá em todos os estados, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (8/3). Com o slogan “Paz: Nossa Justa Causa”, o esforço concentrado pretende acelerar a tramitação dos processos que envolvem violência doméstica e familiar nas varas criminais, nos juizados especializados e nos tribunais do júri.

A campanha também deverá estimular, no âmbito do Judiciário, um conjunto de ações a fim de colocar em evidência as dificuldades para o efetivo combate à violência contra a mulher. Em 2013, a pesquisa Mapa da Violência, do Ministério da Justiça, revelou que o índice de homicídios de mulheres aumentou 17% entre 2001 a 2011, levando mais de 48 mil brasileiras à morte. Mesmo após a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/de 2006), a taxa de homicídios de mulheres não retrocedeu.

Para a conselheira Ana Maria Amarante, coordenadora do Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar do Conselho Nacional de Justiça, a campanha do Poder Judiciário é uma resposta a esse aumento da violência de gênero. “Não há como pretendemos uma sociedade cordata se tivermos um seio familiar destroçado pela violência. Os gestores públicos precisam encarar com muita seriedade a busca pelas soluções que promovam celeridade e efetividade na Justiça”, afirma Ana Maria Amarante.

O juiz do Tribunal de Justiça de Rondônia Álvaro Kalix, também membro do movimento, avalia ainda que a implementação da Lei Maria da Penha não culminou no fim da cultura machista. “Infelizmente, leva tempo para isso ser desconstruído. Mas acredito que o aumento no número de casos denunciados pode ser atribuído à maior proteção que as mulheres brasileiras passaram a ter com medidas protetivas e outros instrumentos legais instituídos com a lei”, pondera.

A Lei Maria da Penha proibiu compensações pecuniárias em casos de violência, ampliando para até três anos de prisão a pena para agressores de mulheres. A norma também estabeleceu a criação de uma série de medidas protetivas que devem ser aplicadas pelos juízes, como a suspensão do porte de armas do agressor, o afastamento do agressor do lar e o distanciamento da vítima.

A semana nos Estados - No Ceará, a abertura da campanha ocorrerá neste domingo (8/3), Dia Internacional da Mulher, nos estádios de futebol da capital e do interior

cearenses. No Mato Grosso, estão marcadas 25 audiências no Tribunal do Júri e 78 de instrução em crimes dolosos contra a vida, enquanto, em Alagoas, 48 processos estão pautados para análise, com expectativa de aumento no número de audiências.

Também estão confirmadas mobilizações no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, este último com o maior índice de homicídios femininos entre a população jovem. A taxa capixaba é de 21,4 mortes para cada 100 mil mulheres, enquanto a média nacional por estado é de 7,1.

De acordo com a pesquisa Mapa da Violência, o Nordeste é a região mais violenta para mulheres. Em 2001, para cada 100 mil mulheres jovens, 4,3 eram assassinadas. Em 2011, esse número subiu para 8,2. Na lista dos vilões, parceiros e ex-parceiros lideram o ranking (43,3%), seguidos de cônjuge (relação oficial de casamento), com 27,6%, e amigo/conhecido, com 15,6%. Para fazer frente a essa realidade, os tribunais de Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Norte também já anunciaram participação na campanha.

No Rio de Janeiro, haverá uma série de ações para conscientizar a população sobre a gravidade da violência de gênero. "É em casa onde as relações se desenvolvem e onde são altos os registros de crimes contra a mulher. Conscientizando as pessoas sobre a necessidade de a paz começar em casa, podemos difundir a ideia com todos", afirmou a juíza-auxiliar da presidência do TJ-RJ, Adriana Ramos de Mello.

Em 2014, ela recebeu o Prêmio Innovare pelo Projeto Violeta, iniciativa que reduz de quatro dias para quatro horas o tempo de decisão do juiz em caso de pedido de medidas protetivas com urgência. No lançamento da iniciativa, o TJ-RJ, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Polícia Civil assinarão um acordo para institucionalizar o Projeto Violeta.

Durante a semana, os juízes dos 11 Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Rio deverão priorizar as audiências de instrução e julgamento. Os tribunais de júri também deverão intensificar a julgamentos de casos que envolvam crimes contra as mulheres. Com informações das Assessorias de Imprensa do CNJ e do TJ-RJ.

Assunto: TJPE vai realizar 2 mil audiências envolvendo casos de violência contra a mulher durante Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



TJPE vai realizar 2 mil audiências envolvendo casos de violência contra a mulher durante Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa

A Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa tem início na próxima segunda-feira (9/3). O Tribunal de Justiça de Pernambuco integra o movimento, que tem como foco o combate à violência contra a mulher. Até o dia 13 estão agendadas mais de 2 mil audiências envolvendo crimes contra mulheres.

Outras medidas também integram o calendário de atividades, que fazem alusão ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Na terça-feira (10/3) a ministra do Supremo Tribunal Federal Carmem Lúcia, virá junto com a ministra da secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci, acompanhar com o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, o andamento dos trabalhos.

A iniciativa conta com o apoio do Executivo estadual, através da Secretaria de Defesa Social (SDS) e da Secretaria da Mulher, além do Ministério Público e da Defensoria Pública. Durante a Semana, o Judiciário também contará com uma Vara de Violência Doméstica itinerante, que funcionará ao lado de uma delegacia móvel da SDS. Uma equipe interinstitucional composta por juízes, promotores, defensores, delegados, assistentes sociais, psicólogos e oficiais de Justiça atenderá mulheres em busca de orientação e apoio sobre a Lei Maria da Penha.

A Vara itinerante funcionará em um equipamento móvel com estação de trabalho, guichês de atendimento e salas de audiência cedido pela Secretaria de Defesa Social. Nove juízes atuarão na unidade, que estará em Jaboatão dos Guararapes, cidade escolhida pelos índices de violência, na Casa da Cultura, na Praça Nossa Senhora do Rosário, nº 670, no Centro das 8h às 18h.

Está para sanção um projeto de lei encaminhado pelo desembargador Frederico Neves que cria Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Caruaru e Petrolina. Dados estatísticos revelam que, no ano de 2014, de janeiro a agosto, a Delegacia da Mulher de Caruaru já contava com 1.172 ocorrências registradas, e a de Petrolina com 617. A análise da evolução dos dados da especializada, em Caruaru, nos últimos 6 anos, indica um crescimento superior a 200% no número de casos registrados.

As informações extraídas do Sistema de Acompanhamento Processual do Tribunal também permitem concluir que, em ambas as comarcas, os feitos relacionados à violência contra a mulher correspondem a 30% do acervo processual das varas criminais, já bastante expressivo.

“Precisamos dar uma resposta à sociedade e essa mobilização busca dar visibilidade ao assunto. Atuaremos com disposição e, com a integração existente entre os poderes, acreditamos que obteremos bons resultados”, ressalta o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves.

Assunto: Homenagem a desembargadora do TJPE	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



Mulheres são minoria no Executivo e Judiciário em Pernambuco

Minoria no Legislativo, as mulheres também têm pouca presença no Executivo e no Judiciário em Pernambuco. O Estado nunca teve uma governadora ou senadora. Dos 184 municípios pernambucanos, apenas 18 são governados por prefeitas, de acordo com a dados da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe).

Débora Luzinete (PSB) foi a primeira mulher a chefiar a Prefeitura de São Bento do Una, no Agreste Central, em 154 anos de história do município. Apesar de ser filha de político, ela conta que enfrentou resistência quando decidiu disputar o mandato.

“Durante a campanha, eu senti por parte de algumas pessoas, que ainda tinham um preconceito. E hoje ainda têm. Por ser uma prefeita, uma mulher”, conta. Ela acredita, porém, que as mulheres tendem a que as mulheres vão ganhar mais espaço na política e lembra que elas costumam ter mais cuidado com a família, com a sociedade e com a cidade.

Se poucas gestoras comandam administrações públicas, no primeiro escalão do governo, o número de mulheres também é reduzido. No Governo de Pernambuco, existem apenas duas secretárias: Silvia Cordeiro (Mulher) e Lúcia Melo (Ciência e Tecnologia). Ao todo, o governador Paulo Câmara tem 27 secretários.

Já na Prefeitura do Recife, o número de secretárias é um pouco maior. São Leda Alves (Cultura), Ana Rita Suassuna (Direitos Humanos), Cida Pedrosa (Meio Ambiente), Aline Mariano (Combate ao Crack), Elizabete Godinho (Mulher) e Roseana Faneco (Desenvolvimento Econômico). São seis, em 26 pastas.

Para Silvia Cordeiro, a sociedade ainda não compreende que as mulheres estão subrepresentadas no poder. “A gente tem aquela ilusão de que estamos em todos os lugares e não estamos. Há pouco espaço. Nós deveríamos estar mais presentes”, diz. Ela também lamenta que, na maioria dos casos, as mulheres sejam indicadas para atuar na área social. “No núcleo duro do poder, que é a economia e a política, nós estamos chegando muito timidamente ainda”, explica.



A desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira. Foto: JC Imagem

No Judiciário, o cenário não é diferente. No Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) apenas uma dos 49 desembargadores é mulher: Daisy Maria de Andrade Costa Pereira. “Esse detalhe aumenta muito a minha responsabilidade para representar a mulher da menor maneira possível”, diz a magistrada.

Durante a trajetória construída desde que ingressou no Ministério Público em 1986, a desembargadora diz que nunca se sentiu discriminada em função do gênero e diz que procurou não pautar a sua carreira por esse tema. “Não era o fato de ser mulher que deveria me tornar diferente”, explica.

Daisy reconhece que o ingresso da mulher na magistratura pernambucana só começou nos anos 90, mas diz que a tendência é equilibrar de forma paritária. Hoje, pernambuco tem 175 juízas e 281 juizes. “Elas chegarão nos níveis mais altos. Em 2017, já devemos ter mais mulheres nesses postos”, prevê.

Assunto: Justiça nega redução de pena a Pedro Corrêa	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



Justiça nega redução de pena a Pedro Corrêa

O ex-deputado do PP Pedro Corrêa, um dos políticos suspeitos de envolvimento no escândalo da Petrobras, condenado por corrupção no processo do mensalão e cumpre pena desde 2013 pediu redução de pena alegando que trabalhou mais de 200 dias, dentro e fora da cadeia, mas a Justiça negou. Descobriu que a história não era bem essa.

A cela tem banheiro individual, TV de tela plana, DVD, ventilador e fogão com botijão de gás. É a única assim, no Centro de Ressocialização do Agreste, a 210 quilômetros do Recife. Ocupada desde janeiro de 2014 pelo ex-deputado federal do PP Pedro Corrêa, um dos envolvidos no mensalão, o esquema de compra de votos de parlamentares para aprovação de leis e projetos no Congresso em Brasília.

O Fantástico chegou em um dia de muito movimento. Quase 400 presos do regime semiaberto tinham autorização para a saída temporária, entre eles, o ex-deputado, que não saiu enquanto a equipe de reportagem do Fantástico esteve em frente à penitenciária.

Corrêa foi condenado em 2013 a sete anos e dois meses por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Agora, os advogados de defesa tentam trocar pela liberdade de Corrêa os dias que ele teria trabalhado no presídio.

O juiz Luiz Rocha comandou as inspeções e se negou a diminuir a pena de Corrêa. “Essas irregularidades que nós enxergamos, nessa situação, é que nos levou e nos motivou, e nos convenceu a indeferir o pedido de remição dele”, afirma o juiz.

O deputado afirma que trabalhou a maior parte do tempo na cocheira da penitenciária, que fica do lado de fora, a uma distância de 500 metros da cerca. Ele teria trabalhado na cocheira durante 150 dias ou 5 meses. O juiz ouviu outros detentos que trabalham na cocheira e agentes penitenciários. “Ele trabalhou aqui de cinco a seis meses, então qual foi o período que ele começou e qual foi o último dia de atividade dele? Curiosamente, eles não sabiam responder”, diz o juiz.

Assunto: Silvia Cordeiro: mulher, gestora e feminista	
Veículo: Blog Social1	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



Silvia Cordeiro: mulher, gestora e feminista



Silvia Cordeiro é secretária da Mulher de Pernambuco - Fotos: Dayvison Nunes/JC Imagem

Silvia Cordeiro é médica de formação e feminista. Já militava no movimento de mulheres quando foi convidada, em 1983, para se inserir na fundação do Centro de Mulheres do Cabo, uma organização feminista que, naquele momento, já inovava levando as causas das mulheres para além das capitais, onde já era muito forte. Junto a este movimento, ajudou a levar a causa para a Zona da Mata pernambucana.

Em 2013 foi convidada pelo prefeito Geraldo Julio para estar à frente da secretaria da Mulher do Recife. Neste ano, foi a vez do governador Paulo Câmara chamá-la para uma missão mais ampla: cuidar das políticas públicas de gênero no âmbito estadual. Política esta que tem orgulho de dizer que é a melhor do país. " Eu não sou nenhuma Poliana, mas acredito que as energias que eu coloquei na minha vida para essa causa já foram muito mais difíceis. Já foi muito pior. Nós conseguimos pautar o Estado, estar na mídia, trazer essas questões para a discussão da sociedade", orgulha-se.

Neste 8 de maio, o Social1 traz um bate-papo com esta mulher, médica, gestora pública e feminista. Veja a seguir:

O que é o feminismo?

É um conceito ideológico de dizer que a sociedade se estrutura em categorias de gênero. Hoje, com os avanços da medicina, você pode até se transformar em um homem fisicamente, mas você é uma mulher. Gênero é estruturante. O feminismo traz a relação de poder entre homens e mulheres, desmistifica essa história do amor romântico que faz muito mal às mulheres e também aos homens, que matam por ciúmes. É olhar o mundo com os olhos das mulheres e reconhecer que nós não somos iguais, somos mulheres, mas tem a lésbica, a hetero, a negra, a rica, a com deficiência. Somos iguais em direitos, mas somos diferentes.

Como é feito o trabalho da Secretaria da Mulher?

Nossa missão é promover os direitos das mulheres pernambucanas. A grande luta, de início, era a prevenção e enfrentamento da violência de gênero, mas também a inserção das mulheres no mundo do trabalho, ampliação das mulheres nos espaços de poder e a transformação do Estado para atender as demandas dos novos sujeitos que estavam se organizando com plano de trabalho, políticas definidas e serviços.

A questão da violência ainda é o principal problema enfrentado pelas mulheres?

A questão na violência não é a principal, ela será sempre uma questão forte para a política de gênero. O grande serviço que a secretaria presta é o abrigo de mulheres em risco de morte. Nós temos um núcleo de abrigo do Estado 24 horas, ouvidoria com tele-atendimento e orientação. Ainda impulsionamos os municípios a criar seus organismos e seus centros de referência e, assim, organizar uma rede de serviços de apoio às mulheres em situação de violência. Não só atuamos como poder executivo, mas também nas negociações com o poder judiciário, as defensorias públicas, as varas especializadas em violência doméstica e a área toda de segurança pública. Em 2007 nós tínhamos quatro delegacias especializadas e a nossa meta era 14. Já estamos com 10.

Nós fazemos parte do conselho gestor do Pacto pela Vida de Pernambuco, semanalmente discutindo os casos, os encaminhamentos, pedindo ao juizes que façam mais varas especializadas, pedindo mais efetivo da polícia. Propomos as tornozeleiras que é uma forma protetiva para afastar o agressor da vítima, a patrulha Maria de Penha junto à Polícia Militar. Hoje há duas Recife, uma em Caruaru e outra em Jaboatão.



Silvia comemora a redução da violência contra a mulher no Estado.

Houve redução da violência contra a mulher depois disso?

Houve. Vocês estão acompanhando a crise nos presídios, o aumento da criminalidade através dos crimes violentos letais e intencionais. Entre nós mulheres está diminuindo, nós já fomos campeãs, estamos sempre numa tendência de diminuição.

A cultura machista não vai mudar tão cedo. A gente quer que esses homens também possam recomeçar suas vidas sem repetir comportamentos violentos de natureza afetivo sexual que a sociedade, às vezes, fecha os olhos porque acha que "em briga de homem e mulher não se mete a colher" , "ela gosta porque ela voltou para ele" . Ainda há toda essa cultura que banaliza a violência.

Fazemos a prevenção por meio de uma rede de serviços e uma articulação com os poderes. O que não queremos é que nenhuma mulher morra porque é mulher. Essa violência é por sua condição de mulher e nenhuma de nós estamos imunes a isso. Então existe aí uma forte cultura machista conservadora que normatiza a sexualidade das mulheres e não as protege. Isso precisa ser transformado e é possível sim. Foi construída, então se desconstrói. Não é fácil, é um trabalho muito árduo.

Quais as prioridades desse novo governo quanto as políticas públicas para as mulheres?

Nós estamos num momento de crise econômica então, nesse momento, ficamos na inserção das mulheres no mercado de trabalho, capacitando-as.

Na sua opinião, quais as maiores conquistas das mulheres até agora?

As mulheres conquistaram lugar na escola, estamos com mais tempo de estudo do que os homens, mais tempo de escolaridade. Mas, mesmo tendo essa escolaridade maior, ainda estamos abaixo na remuneração. Estamos nos cargos menos valorizados.

Avançamos no direito à sexualidade. A Lei Maria da Penha é um marco histórico legal que criminaliza a violência e agora a gente teve a boa notícia que a morte de mulheres por sua condição de ser mulher passa a ser tipificado como feminicídio e é crime hediondo. A gente avança e vai arrumando problemas a enfrentar. A luta segue.

O que falta para que as mulheres conquistem mais direitos?

A gente caminhou muito, a gente tem que valorizar o que foi conquistado para não ficar só na vitimização. Precisamos, hoje, em termos de política pública para mulheres no Brasil, andar mais do que já andou, discutir, nesse momento, que é o ano das conferências, o modelo de financiamento da política de gênero. Hoje, ela é financiada por editais com projeto que todo mundo concorre e isso não tem sustentabilidade. Nós estamos discutindo dentro do Estado levar essa discussão para todo o Brasil para que essa política não tenha retrocesso. A gente ganhou espaços e precisa ampliar esses espaços. Nós entramos no Estado agora e outra tarefa é lutar pela democracia.

Como?

Por exemplo, os rapazes estão cortando os pintinhos para serem moças. Os transgêneros. Como o Estado vai corresponder a esse segmento, como a secretaria tem que aprender sobre essa nova mulher que está chegando. Não dá para reclamar e dizer que não pode fazer, precisa, no mínimo, sentar e conversar sobre o assunto. Como dizemos no movimento feminista: "nenhum direito a menos, mais direitos".

Assunto: Homenagem a Desembargadora do TJPE	
Veículo: Blog Social1	Data: 09/03/2015
Editoria:	Seção:



Emoção na 15ª edição do Tacaruna Mulher

Na noite desta quinta (5), a praça de eventos do Shopping Tacaruna foi o local escolhido para a 15ª edição do Prêmio Tacaruna Mulher. Durante a premiação, nove profissionais de destaque em diversas áreas de atuação receberam o troféu Feminilidade. Foram elas: a artista plástica Mirella Andreotti, em Cultura; a reitora da UFRPE, Maria José de Sena, em Educação; **a desembargadora Daisy de Andrade Costa Pereira**, em Atividades Jurídicas; a diretora industrial e de exportação da Pitú, Maria das Vitórias Carneiro Cavalcanti, na categoria Política, Economia e Negócios; a ilustradora e designer gráfica Isabela Andrade Lima, homenageada em Design, Arquitetura e Decoração; em Comunicação, nossa colunista do **Blog Social1** e da Coluna **Dia a dia**, do Jornal do Commercio, Mirella Martins; em Ação Social, a fundadora da ONG Casa Rosa, Cristina Maranhão; em Saúde, a hematologista Rosa Arcuri; e em Moda, a estilista Lúcia Spessatto.

De acordo com a gerente de marketing do Shopping Tacaruna, Yolanda Celeste, a escolha das homenageadas é feita após uma seleção: “São duas comissões, uma primeira que indica os profissionais das nove áreas e outra que vota nas indicadas”. Ainda segundo Yolanda, cerca de 100 nomes concorrem à homenagem, que é organizada nos dois meses que antecedem o Dia Internacional da Mulher.



A gerente de marketing Yolanda Celeste e a superintendente do Tacaruna Sandra Arruda

Com a praça lotada, como é de costume, os convidados das nove personalidades passeavam no salão, embalados por um clima de emoção e felicidade que se intensificava à medida em que as homenageadas eram chamadas para receber seus troféus. Se as lágrimas foram contidas no palco, na plateia o choro era livre, principalmente quando os nomes eram chamados para a entrega do troféu.

Coube a jornalista Mirella Martins discursar em nome das homenageadas. A titular do blog ressaltou mulheres no mundo que se destacaram e mudaram o rumo da história. “Tenho certeza que muito nos honra termos sido reconhecidas pelo valor do nosso trabalho nesse Mulher Tacaruna. Todas nós – asseguro – somos merecedoras e vencedoras. Desenvolvemos a nossa arte com carinho, honestidade e garra, mas o prêmio ideal, evidentemente, é termos no planeta uma cultura de valorização, respeito e igualdade”, pontuou.

O evento, regado a comidinhas e bebidas servidas pelo Arcádia, se encerrou às 22h. A exposição sobre as homenageadas, com fotos de autoria de Renato Filho e textos biográficos do jornalista Bruno Albertim, permanece aberta ao público até o dia 13 de março.



Marcelo Tavares de Melo e Jaci Paes Mendonça Tavares de Melo

Confira a galeria:

[\[Show as slideshow\]](#)



